



Ata da 382^a Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 13 de novembro de 2019.

Realizou-se no dia 13 de novembro de 2019, às 8h30, no Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 382^a Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Adailton Carlos Rodrigues (OAB/SP)**, **Alan Perina Romão (CREA/SP)**, **Américo Ceiki Sakamoto (SDE)**, **Ana Carolina de Campos Honora (SLT)**, **Anícia Aparecida Baptistello Pio (FIESP)**, **Anna Carolina Seni Peito Macedo Casagrande (PGE)**, **Antônio César Simão (APM)**, **Claudio Scalli (ANAMMA/SP)**, **Denise Crocce Romano Espinosa (USP)**, **Denise Piccirillo Barbosa da Veiga (SS)**, **Domenico Tremaroli (SIMA/Cetesb)**, **Cel. PM Flávia de Paula Santos (SSP/CPAmb)**, **Gerd Sparovek (SIMA/FF)**, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/CPLA)**, **Glaucio Attorre Penna (SIMA/SI)**, **Gustavo de Castro Oliveira (FAESP)**, **Juliana Augusto Cardoso (SAA)**, **Lúcia Bastos Ribeiro de Sena (SIMA/SMA)**, **Luiz Eduardo Corrêa Lima (SESBRA)**, **Marcos Galvão Whitaker de Assumpção (SH)**, **Maria de Lourdes Rocha “Malu” Freire (SIMA/CEA)**, **Martha Martins de Moraes (Vale do Aracatu)**, **Patrícia Nunes Lima Bianchi (Oikos)**, **Paulo Nelson do Rego (Educa Brasil)**, **Rafael Frigério (SIMA/CFB)**, **Rafaela Di Fonzo Oliveira (SIMA/CPP)**, **Rodrigo Sanches Garcia (MP/SP)**, **Valéria Rossi Domingos (SCEC)**, **Vilázio Lelis Junior (PROAM)**, **Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Viviane Moschini Carlos (UNESP)** e **Wanderley da Silva Paganini (ABES/SP)**.
Constavam do **Expediente Preliminar**: 1) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 2) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da **Ordem do Dia**: 1) Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o **Plano de Manejo do Parque Estadual Vassununga** (Proc. FF nº 1.750/2013 - NIS 1770760 – Vol. 1 a 6). 2) Apreciação do **Relatório Anual de Qualidade Ambiental** (RQA 2019). 3) Apresentação das ações realizadas pela Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Paulistas - **Pró-Primatas Paulistas**. O **Secretário-Executivo do CONSEMA Anselmo Guimarães**, após declarar a abertura dos trabalhos, saudou os presentes e, informou que encaminharia a ata da 381^a RO, de 31 de outubro de 2019, antes da próxima Plenária. Passou-se às Comunicações da Presidência e da Secretaria Executiva. Foram anunciados os novos integrantes do Conselho **Gustavo de Castro Oliveira**, na qualidade de membro suplente representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado - FAESP, em complementação ao mandato de Marcos Landgraf Malta e; **Rodrigo Sanches Garcia**, como membro titular, representante do Ministério Público, em complementação ao mandato de Regina Célia Damasceno. Anunciados os nomes, **Eduardo Trani**, Presidente em exercício do CONSEMA, os declarou empossados e lhes deu as boas-vindas. Saudando a todos, prosseguiu informando sobre a recente constituição de Grupo de Trabalho multidisciplinar com objetivo de monitorar a movimentação das manchas de óleo que aportavam ao litoral nordestino, e tomar as medidas cabíveis para evitar que progridam em direção ao território paulista, mesmo com reduzida probabilidade de isso ocorrer. Acentuou que a iniciativa de criação do grupo interdisciplinar pelo Governo do Estado de São Paulo fora concretizada, na semana anterior, por meio de Resolução do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, sendo nomeados para atuar como coordenador o Secretário-Executivo da SIMA, Luiz Ricardo Santoro, e como Secretário-Executivo do GT o



Diretor-Executivo da Fundação Florestal, conselheiro Rodrigo Levkovicz. Complementou que o GT ainda era integrado por representantes da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, Cetesb, Instituto Florestal, Instituto Geológico, Fundação Florestal, Sabesp, EMAE e DAEE. Informou que, além do monitoramento preventivo, o grupo também coordenará o diálogo com conselhos municipais, pescadores, prefeituras, comunidades caiçaras e gestores de unidade de conservação. Com relação à Conferência Brasileira de Mudança do Clima (CBMA) realizada entre 6 e 9 de novembro em Recife (PE), na qual representara a SIMA, esclareceu tratar-se de iniciativa nacional preparatória para a COP-25, que ocorrerá no mês de dezembro, em Madrid. Relatou que, durante a CBMA, devido aos relatos estarrecedores sobre as consequências das manchas de óleo que atingiam, incessantemente, diversas regiões da costa brasileira, os representantes dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e da Região Sul, estabeleceram uma coligação para trabalharem em busca de entender a dinâmica de dispersão do óleo, seus impactos e, providenciar a padronização de procedimentos preventivos. Informou que na ocasião todos os Estados e o Distrito Federal, por meio da ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, apresentaram uma carta de intenções para um plano de ação dos Estados frente às mudanças climáticas, que será levada à COP-25, com o seguinte conteúdo, lido pelo Presidente em sua íntegra: *“Carta dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente pelo Clima. A mudança do clima traz impactos para toda a sociedade, e enfrentar esse fenômeno demanda uma governança multinível, com ações em escala global, regional e local. Trata-se de uma responsabilidade de todos proporcionar um ambiente mais seguro e responsável para as próximas gerações, o que exige de nós, governos subnacionais reconhecer o nosso papel estratégico na promoção da adaptação aos eventos climáticos bem como na adoção de um modelo de desenvolvimento de baixo carbono, com a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, associada à criação de empregos, conservação dos recursos naturais, redução das desigualdades e ampliação do progresso social. Com vistas ao fortalecimento de uma resposta à ameaça das mudanças climáticas que nos permita alcançar um futuro sustentável e resiliente em sintonia com os objetivos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris, nós, os órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) signatários, nos incorporamos à trajetória de cooperação e esforço global, imbuídos do desenho de adotar medidas transformadoras. Acreditando o diálogo com os demais entes da Federação e considerando a diversidade econômica, social e ambiental de cada território, além da necessidade de financiamento da ação climática, nos comprometemos a: 1. Empreender ações conjuntas para enfrentar a mudança global do clima, incentivando o intercâmbio de informação, conhecimentos para a inovação e boas práticas. 2. Estabelecer as contribuições estaduais para o atingimento da NDC Brasileira e das metas do Acordo de Paris. 3. Institucionalizar, através de equipe, orçamento e planejamento, a agenda climática nos Estados. 4. Criar, implementar monitorar e relatar medidas de enfrentamento à mudança climática, através de arcabouço normativo, fóruns, inventário de gases de efeito estufa (GEE), planos de adaptação aos efeitos adversos e mitigação de emissões. 5. Estabelecer que as demais políticas e instrumentos de gestão incorporem as diretrizes de enfrentamento à mudança do clima. 6. Empreender esforços para a implantação do código florestal nos Estados, dando efetividade aos mecanismos estabelecidos pelo CAR e pelo PRA, a fim de que as Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais cumpram sua função ambiental. 7. Fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar o desmatamento ilegal zero e a compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação. 8. Estabelecer metas para o reflorestamento e restauração florestal e outras”*



políticas de incentivo. 9. Apoiar a elaboração do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), apoiar a implantação dos sistemas de manejo sustentável de florestas nativas e promover a implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas. 10. Promover o fortalecimento de ações de governança das Unidades de Conservação. 11. Apoiar e implementar o mercado de carbono. 12. Adotar ações de eficiência energética nos prédios públicos. 13. Estabelecer políticas de incentivo à geração e uso de fontes de energias renováveis. 14. Promover políticas visando novos padrões de tecnologias limpas, de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono no setor industrial. 15. Estimular a mobilidade ativa, o uso do transporte público, melhorias na eficiência veicular e na adoção da energia renovável na frota pública. 16. Estabelecer políticas de compras públicas sustentáveis. 17. Estimular a educação climática nas escolas e universidades públicas, além de divulgar para a sociedade as medidas de enfrentamento à mudança do clima.” Ao término da leitura, ressaltou a importância do papel dos Estados subnacionais no cumprimento das metas de Paris, além do alinhamento entre os órgãos de Governo, citando iniciativas como a Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) com a participação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, cuja representante, a conselheira **Juliana Cardoso**, complementou citando os trabalhos de atualização para a implantação do Plano ABC, e que 80 técnicos da CDRS (Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável) seriam treinados para aplicar a metodologia de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF. Dando continuidade, o Presidente **Eduardo Trani** informou sobre a realização do “Workshop Internacional sobre Poluição por Plástico no Ambiente Marinho”, promovido pela Cetesb no último dia 7; a realização de discussão sobre a gestão de resíduos sólidos nas áreas atendidas pelo Programa Vale do Futuro, do Governo do Estado de SP, com prefeitos do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira - CODIVAR; também a reunião ocorrida para capacitação para definir rotas de descarbonização no Estado. Anunciou as ações realizadas, junto aos municípios da Baixada Santista, no Plano de Adaptação dos Municípios às Mudanças Climáticas, cuja abertura dos trabalhos teve a participação da Presidente da Cetesb; e, por fim, noticiou a liberação de R\$ 13,8 milhões para ações de recursos hídricos em todo o Estado em 16 contratos para realização de projetos e obras que visam assegurar a segurança hídrica. Passou-se então a palavra aos conselheiros inscritos para tratar de assuntos gerais. O conselheiro **Rodrigo Sanches Garcia**, referindo-se à estreita relação entre os compromissos elencados na Carta da ABEMA e as diretrizes do Decreto Estadual nº 58.107/2012, nas quais o próprio Ministério Público baseia muitos de seus trabalhos, solicitou a realização de uma apresentação do balanço das ações efetivadas, considerando a iminência da publicação de um novo decreto para os próximos 10 anos. Em segundo, solicitou que seja informado aos conselheiros o andamento da regulamentação do Fundo Estadual para Recuperação de Áreas Contaminadas – FEPRAC, pois a liberação da verba disponível para a remediação das áreas órfãs, depende da concretização dessa normativa. Caso a regulamentação não estivesse em andamento, questionou sobre a possibilidade de estabelecimento de prazo para sua efetivação. A conselheira **Patrícia Bianchi** requereu à mesa diretora uma inversão nos itens da pauta, antecipando-se a apreciação do Relatório Anual de Qualidade Ambiental (RQA 2019), para que se garantisse que o importante tema fosse tratado ainda naquela reunião, solicitação acatada, mais adiante, por consenso. O conselheiro **Vilázio Lélis Junior** questionou a não referência ou incentivo, no Plano ABC, de práticas relacionadas à agricultura orgânica, alegando que a própria postura política do Governo de SP não as favoreceria, passando então a ressaltar a importância de incentivo a este modo de cultivo e à



expansão de feiras de produtos orgânicos, posicionamento este corroborado pelo conselheiro **Adailton Rodrigues**, que defende a redução do uso de agroquímicos na agricultura. A conselheira **Denise Veiga** agradeceu a SIMA e à Cetesb pela participação no Seminário Estadual de Áreas Contaminadas e Segurança Química, onde foram capacitados 30 técnicos da Vigilância Sanitária e da Cetesb. Reiterou o convite para participação do Seminário de Água e Saúde, de 4 a 5 de dezembro, no SESC de Guarulhos. O conselheiro **Wanderley Paganini**, em consonância à manifestação do conselheiro Rodrigo Garcia, reiterou a necessidade de se proceder à revisão do Decreto nº 58.107/2012, pela existência de defasagem e conflitos com as iniciativas de alguns programas do Governo, tal qual o projeto de despoluição do Rio Pinheiros e com a Lei Federal de Saneamento Básico nº 11.445/2017. Concluídas as manifestações dos conselheiros, o **Presidente** comentou que o Decreto nº 58.107/2012, como um documento de planejamento de metas a serem atingidas pelo Estado no âmbito ambiental das estratégias, tem sido um instrumento norteador das políticas da pasta e se inter-relaciona com as medidas tomadas no âmbito da PEMC (Política Estadual de Mudanças Climáticas), que, a propósito, comemora 10 anos de sua implementação. Entendeu absolutamente procedente a sugestão dos conselheiros Rodrigo e Paganini, e sugeriu a inserção do balanço destas atividades em uma das próximas reuniões plenárias, balanço este que, em parte, se daria logo na sequência, com a apreciação do RQA 2019. Sobre o FEPAC, confirmou as informações discorridas pelo representante do MP, e o conselheiro **Domenico Tremaroli** complementou que estão sendo realizados os ajustes para a composição do conselho, e já há uma minuta em discussão da redação do seu Regimento Interno, sendo que nas próximas plenárias será dado um retorno sobre o andamento destas providências. No tocante ao Plano de Agricultura de Baixo Carbono, testemunhou o empenho do Governo do Estado e do Secretário de Agricultura e Abastecimento, Gustavo Junqueira, para garantir a consolidação de políticas e ações de agricultura sustentável para o Estado e, exemplificou, mencionando as mudanças estruturais resultantes de dois protocolos de transição agroecológica, e seus prosseguimentos tanto na Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, da SIMA, quanto na SAA, momento no qual passou a palavra à representante daquela pasta, a conselheira **Juliana Cardoso**. Esta, preliminarmente, reembrou sobre a mudança da extensão rural, de Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI para Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - CDRS, a qual coordena. Ressaltou que a prerrogativa da nova designação é promover o desempenho ainda mais responsável e ambiental da agricultura, cabendo a essa coordenadoria a implementação do Novo Código Florestal. Nesse sentido, noticiou o encerramento dos trabalhos de capacitação de 140 técnicos nos procedimentos de análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR, o primeiro avanço após o julgamento da ADIN. Quanto ao muito oportuno comentário dos conselheiros, informou sobre o *workshop*, no último mês de julho, em Brasília, que tratou da avaliação das metas 2020 do Plano ABC, e das medidas para garantir o pleno atendimento às demandas relacionadas às áreas degradadas, ao plantio direto e, de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, consubstanciadas nas ações de treinamentos mencionadas, com vistas a promover a capilaridade de tecnologias entre os produtores rurais. Quanto à questão dos orgânicos, informou que a SAA criou, no primeiro semestre do ano vigente, um setor coordenado pelo Assessor de Gabinete, Edwin Montenegro para tratar somente daquela questão, em toda a cadeia produtiva. Não obstante o reconhecimento de que o Protocolo de Transição do Estado de São Paulo serve de referência para outros estados, destacou o interesse da Secretaria pelos diversos modelos de agricultura orgânica, motivo pelo qual, buscou conhecer a experiência de agricultura familiar do



Paraná, considerada a maior em operação. Enfatizou que, muitas vezes, a forma de aplicação dos agroquímicos era mais crucial que o próprio uso, pois a depender da situação, pode transformar-se de remédio, em veneno. Sendo assim, informou sobre a grande parceria firmada pela Secretaria de Agricultura para atualizar os engenheiros agrônomos do Estado de São Paulo sobre as melhores práticas de aplicação de agroquímicos. Foi concedido um aparte ao conselheiro **Wanderley Paganini**, que enfatizou, a respeito do Decreto nº 58.107/2012, que, além da apresentação do balanço das metas, seja procedida a revisão do documento o quanto antes possível, por conta da defasagem das metas e do rigor da legislação em busca de seu cumprimento. O **Presidente** agradeceu às contribuições, especialmente à conselheira Denise Veiga pela parceria entre a Secretaria de Saúde e Cetesb. Passou-se então ao primeiro item da Ordem do Dia, a “**Apreciação do Relatório Anual de Qualidade Ambiental - RQA 2019**”. **Gil Scatena**, conselheiro e Coordenador de Planejamento Ambiental (CPLA) informou que o RQA é um dos instrumentos de gestão previstos em lei federal, sendo a versão definitiva publicada após a apreciação do documento pelo CONSEMA. Em breve histórico reviveu que a primeira edição do relatório se deu em 2003, na coordenação da conselheira Lucia Sena, também na CPLA e, desde então, anualmente, o Estado de São Paulo, torna público os resultados de seus diversos indicadores, calculados a partir de dados compilados em todo o Sistema e demais órgãos do Governo e que, atualmente, compõem as temáticas e, respectivas quantidades de indicadores: (i) caracterização das dinâmicas territoriais: demográfica e social (12) e, econômica (6) e; (ii) diagnóstico ambiental: recursos hídricos (14), saneamento ambiental (10), biodiversidade (42), qualidade do ar (10), energia e solo (12). Agradeceu aos que participaram da elaboração do relatório e disponibilização de dados, dentre os quais mencionou a Secretaria da Saúde, a Fundação SEADE, à equipe da CPLA, em especial a Arlete e a Nádia. Da mesma forma, especificou os órgãos da SIMA, dos quais foram compiladas as informações qualitativas e quantitativas (Cetesb, FF, IF, IG e CFB). Destacou que além do papel de tornar pública a evolução da qualidade ambiental, as informações contidas em suas 400 páginas subsidiavam a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas. Apresentou o sumário do relatório, compreendido por quatro capítulos, sendo eles: Introdução; Caracterização e Divisão Geográfica; Diagnóstico Ambiental e; Programas e Ações do Sistema Ambiental Paulista, sobre os quais, ofertou a síntese dos resultados dos três primeiros. Quanto ao diagnóstico ambiental dos recursos hídricos (2009 a 2018) observou a ocorrência de declínio dos resultados do Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas (IPAS), passando sua classificação para regular, a partir de 2016. Informou que assim que científica, a Cetesb realizou várias diligências aos poços monitorados e procedeu a auditorias dos resultados para descobrir as possíveis causas do declínio e, nessa empreitada constatou que o problema restringe-se as condições das áreas de entorno dos poços e não da qualidade dos aquíferos e, das águas de abastecimento tratadas pelas concessionárias, conforme indicam os Índice de Qualidade de Água - IQA e o Índice de Qualidade de Água para Fins de Abastecimento Público – IAP, os quais detalhou. Informou ainda que, a Cetesb realiza auditorias para acompanhar as condições nas águas dos poços em questão. Com o auxílio da projeção de gráfico e mapa, discorreu sobre os resultados da série histórica, para o Índice de Qualidade das Águas Para a Proteção da Vida Aquática – IVA, de 2013 a 2018; do Índice de Qualidade das Águas Costeiras – IQAC, de 2012 a 2018; e da Balneabilidade de Praias Litorâneas, de 2015 a 2018. Ofertou os resultados obtidos em 2018, por SubUGRHI do Balanço entre Vazão Outorgada e Disponibilidade hídrica (Q95%); a Demanda de Água (m³/s), categorizado em abastecimento



público, industrial, rural e por emprego de soluções alternativas e outros usos. Com relação à temática de saneamento ambiental, apresentou o progresso obtido no Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR), de 2011 a 2018 e a expressiva redução de locais em condições inadequadas e demonstrou, com o auxílio de mapa, os municípios que apresentam classificação do IQR-2018, adequadas (612) e inadequadas (28) situação diversa, obtida para o Índice de Gestão de Resíduos Sólidos – IGR-2018, onde a maioria dos municípios obteve classificação ineficiente (167), mediana (45), eficiente (nenhum), e nenhuma informação para a maioria dos demais. Ressaltou a busca queda do número de internações relacionadas ao saneamento ambiental inadequado que passou de 30.006 internações, em 2015, para 14.251, em 2018, segundo dados do Ministério da Saúde. Em razão do tempo de exposição que lhe cabia, encerrou com as informações sobre a progressão do total/ano das áreas contaminadas cadastradas, de 2009 (2.804) a 2018 (8.110), a porcentagem, por atividade, liderada pelos postos de gasolina (72%), seguida pela atividade industrial (19%) e, por fim, o Índice de Reabilitação das áreas obtido em 2017 (44,4%) e 2018 (46,6%). **Eduardo Trani** parabenizou o conselheiro Gil Scatena pela síntese realizada do RQA, que em sua complexidade, reúne todo o conjunto de indicadores ambientais do Estado de São Paulo. Dando continuidade à apresentação, detalhou os Programas e Ações do Sistema Ambiental Paulista, abordados no item 4 do relatório, iniciando a abordagem pelo gerenciamento de Áreas Contaminadas e o Plano de Controle de Emissões Atmosféricas (PREFE e PCPV). Além de mencionar sobre os objetivos dos programas, ofertou novidades, tal qual, a futura instalação de mais uma Câmara Ambiental da Cetesb, com enfoque nas ações da Agenda de Mudanças Climáticas promovidas junto aos atores do setor produtivo. Destacou o trabalho conjunto da CFB/SIMA, Polícia Ambiental e Defesa Civil do Estado, de capacitação de 140 municípios, aproximadamente, na prevenção de desastres naturais e redução de riscos. Noticiou as metas e conquistas alcançadas no Programa Nascentes, particularmente na restauração ecológica e, evidenciou a continuidade dos programas de pesquisa e ensino promovidos pelo Instituto Botânico, além do programa de concessão de parques que também conta com a participação da Fundação Zoológico, sendo igualmente resguardadas as atividades de pesquisa e a disponibilização de investimentos. Discorreu sobre as ações de Educação Ambiental, todas indicadas no relatório, entre as quais mencionou o Programa de Alfabetização Ambiental, com início previsto em dezembro, no qual crianças paulistas farão o plantio de mudas de árvore e o acompanhamento de seu desenvolvimento. Destacou as exitosas ações empreendidas no âmbito do Programa de Conciliação Ambiental e a edição de decreto específico, e na redução de queimadas em Unidades de Conservação. Comemorou a aprovação de 20 Planos de Manejo sob a gestão da Fundação Florestal, Instituto Florestal e Instituto Botânico, e informou que estão sendo realizados estudos para proposição de criação de novas UCs: na região da Serra da Mantiqueira, na região de Itararé (Cânions Paulistas) e junto ao Parque Estadual Morro do Diabo, com corredores ecológicos vinculados à ocupação sustentável. Sobre o Programa Conexão Mata Atlântica, de promoção de PSA em apoio aos pequenos produtores a manterem as florestas em pé, informou ter alcançado bons resultados, e que o mesmo será ampliado. Destacou a proatividade do Programa de Apoio às RPPNs, em torno de 100 no estado de São Paulo, e a criação de Mosaicos de Áreas Protegidas, relatando que, dentre os últimos anos, o de 2018 foi aquele em que se criou mais UCs. Depois de citar o Programa ICMS Ecológico, relatou que a continuidade do PDRS / Microbacias II, que se chamará Agro Pro-Clima, não foi ainda executada por questões de capacidade de recurso financeiro. Discorreu sobre a realização de ações de proteção e recuperação aos mananciais, dos Programas do Instituto Florestal



e, quanto à fauna, destacou o programa de identificação e controle da população de cães; diretrizes de controle da febre maculosa e amarela; e o pagamento de serviços ambientais em áreas de soltura e monitoramento da fauna silvestre. Noticiou sobre a edição de nova resolução conjunta da SIMA e SAA para o controle de javalis, e sobre a reformulação do CADMadeira, com apoio do Prof. Gerd Sparovek. Festejou a aprovação, junto ao COFIEX, de 100 milhões de dólares para investimento, nos próximos cinco anos, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, em ações socioambientais e de proteção ambiental, tanto para retirada de famílias de áreas inadequadas, quanto para proteção das Unidades de Conservação. No âmbito no PTLMA, em conjunto com a Secretaria de Logística e Transporte, foram aprovados recursos para o Zoneamento Ecológico-Econômico e para o mapeamento das áreas de risco, pelo Instituto Geológico. Informou sobre o impulso que se pretende dar ao Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis, seguindo a recomendação do próprio Governador. Mencionou com destaque o Programa do Município VerdeAzul da SIMA que, há uma década, promove ações junto aos municípios, o Sistema Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a implantação da Logística Reversa, e destacou o excelente trabalho empreendido na coordenação dos trabalhos de georreferenciamento do Sistema DataGEO pela conselheira Arlete Tieko, da CPLA. Dentre as inúmeras participações em programas da agenda ambiental internacional, citou o importante papel da Cetesb e a criação do Comitê de Integração de Políticas Globais, coordenado pela Assessora Internacional Jussara Carvalho, para o cumprimento dos ODSs em todo o Sistema Ambiental e os compromissos vinculados às mudanças climáticas e a biodiversidade. Dentro desse contexto, relembrou que, em meados de dezembro, será realizada a conferência internacional sobre o clima, a COP 25, na Espanha e, no próximo ano, na China, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), momento no qual as metas de Aichi serão renovadas. Finalizou a apresentação esclarecendo que, antes da publicação do relatório, os conselheiros teriam 15 dias de prazo, para enviarem suas contribuições. Passou-se aos debates. O conselheiro **Wanderley Paganini** referindo-se aos importantes avanços obtidos na recuperação de áreas degradadas, recomendou fosse acrescentado aos gráficos do relatório, o número de áreas recuperadas. Em segundo, sugeriu alteração, no relatório, quanto ao critério de aferição do desempenho de sistemas de coleta e tratamento de municípios que possuem emissário submarino, sendo-lhe esclarecido pelo conselheiro **Domenico Tremaroli**, após declarar ser bem vinda esta sugestão, que o RQA apenas compila as informações dos demais, e este dado já consta no relatório, já publicado, do ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município. O conselheiro **Adailton Rodrigues**, primeiramente, observou que os resultados ambientais obtidos lhe pareciam muito bons, e, em especial com relação à recuperação de 13 mil hectares no âmbito do Programa Nascentes, perguntou qual a representatividade deste resultado frente ao universo pretendido. Na sequência, arguiu sobre os dados de coleta e tratamento de esgoto, em comparação às demais unidades da federação. O **Presidente** esclareceu que o Programa Nascentes visa a restauração ecológica por força da consolidação das atribuições da SIMA, relacionadas aos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRAs firmados. Versou sobre os projetos cadastrados no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica – SARE, que implantado em 2015, alcançou, em sua segunda fase de consecução, o montante de 4 mil ha/ano de áreas. Informou que a SIMA pretende ampliar a extensão de áreas restauradas, a depender da predisposição dos proprietários e do número de TCRAs/projetos propostos e aprovados. Referenciou ainda o diagnóstico do território no âmbito do PRA (Programa de Recuperação Ambiental), sendo



que a expectativa de restauração para os próximos 20 anos, somando-se as áreas previstas em reserva legal e APPs, ultrapassa 1 milhão de hectares. O conselheiro **Gil Scatena** observou que as informações suscitadas pelo conselheiro Adailton Rodrigues são apresentadas no ICTEM, em termos de eficiência de contribuições de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por UGRHI, no período de 2009 e 2018. Ratificou os expressivos índices obtidos no Estado, em coleta e tratamento de esgoto, e de atendimento de água e garantiu que seriam agregadas ao gráfico específico as informações solicitadas pelo conselheiro. O conselheiro **Paulo Nelson** evidenciou a importância de todos aqueles índices para nortear as políticas ambientais e prosseguiu com suas sugestões. Aventou a possibilidade de serem acrescentados indicadores para acompanhar e estimular os movimentos das regiões metropolitanas e, especificamente, sobre resíduos sólidos, o avanço dos processos de regionalização dos aterros sanitários. Por último, evidenciou o quanto o licenciamento e o desenvolvimento de novos projetos serão beneficiados quando todas as funcionalidades do DataGEO estiverem implantadas. Nesse sentido, reiterou a importância de estabelecer os limites georreferenciados das unidades de conservação, inclusive para o desenvolvimento das atividades do “Projeto Nascentes”. O **Presidente** fez esclarecimentos sobre o acompanhamento dos Planos de Desenvolvimento Urbanístico Integrados (PDUI) como instrumento legal de planejamento das metrópoles, que dá suporte ao estabelecimento de diretrizes, projetos e ações que orientam o desenvolvimento urbano/regional conjunto entre estados e municípios. Observou, no entanto, que os PDUIs ainda não foram finalizados e que anteriormente esses trabalhos foram desempenhados pela Emplasa, por aproximadamente três ou quatro anos. Sendo assim, afirmou que a adoção das sugestões do conselheiro Paulo Nelson seria de grande valia, até que os PDUIs fossem publicados. Ainda sobre o assunto, afirmou ter se antecipado a solicitar que, somada a visão global por UGRHIs, seja adicionada ao próximo relatório uma síntese de informações por região metropolitana. Quanto aos resíduos sólidos, informou que para o próximo ano será realizada a edição do relatório, que contemplará as ações e resultados do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos da SIMA como subsídios ao desenvolvimento de modelos de regionalização dos aterros. Em relação ao georreferenciamento informou que a realização perante as Unidades de Conservação é um desejo de todos, mas ainda se encontra em fase inicial para contratação, visto possuir um custo elevado. O conselheiro **Cláudio Scalli** solicitou que aos dados municipais de supressão de vegetação fossem inseridas referências sobre a recuperação de áreas por meio dos TCRAs firmados nos municípios. Da mesma forma, solicitou a inclusão do mapeamento dos corredores ecológicos. O **Presidente** esclareceu que além dos indicadores municipais mencionados pelo conselheiro seria avaliada a possibilidade de agregar outros mais ao RQA, a depender do grau de dificuldade de obter informações de cunho homogêneo para todo o Estado como, por exemplo, o relato dos TCRAs e seus cumprimentos, e sobre as Unidades de Conservação municipais. Quanto aos corredores ecológicos informou que seria verificada a forma mais factível de ampliar sua divulgação e anunciou que estava prestes a ser apresentado ao Pleno o relatório da CT de Biodiversidade, sobre a normatização desse modelo de proteção ecológica para o Estado de São Paulo. A conselheira **Violeta Saldanha** parabenizou as equipes da SIMA e, particularmente, a CPLA pela qualidade desse relatório e pela complexidade dos trabalhos de compilação das inúmeras informações estatísticas e socioambientais apresentadas didaticamente. Solicitou que o relatório fosse igualmente exposto aos membros da Câmara Técnica de Legislação Ambiental do CAU-SP. O conselheiro **Vilázio Lélis**, citando recente estudo publicado pelo Ministério da Saúde em que 1 em cada 4 municípios brasileiros apresentaria



água para abastecimento contaminadas por agrotóxicos, propôs a inclusão deste tipo de informação no RQA, para que a população, uma vez científica, busque soluções adequadas para o problema. **Vilázio Lelis** informou que, no ano passado, ao prestar uma consultoria no Sul de Minas Gerais, região que conta com inúmeros recursos hídricos que desaguam no Sistema Cantareira, ficou preocupado com o cultivo agrícola em áreas de topo de morro e altitudes acima dos 1.800 m – situações vedadas pelo Código Florestal –; e a aplicação de agroquímicos, sem uso de EPI, à beira de curso d’água que segue em direção ao estado de SP, ficando sem saber como tratar essa questão, pela sua natureza interestadual. Destacou a importância de se retomar a discussão sobre a necessidade de inspeção veicular, principalmente para veículos movidos a óleo diesel, e expôs uma reflexão sobre a relação entre os níveis de qualidade do ar e o crescimento econômico. Da mesma forma, registrou a importância da discussão sobre assoreamento e perda de capacidade de reservação dos mananciais no estado, e de se proceder à regulamentação do tratamento e lançamento de efluentes de embarcações no Brasil. O **Presidente** comentou as declarações do conselheiro Vilázio, considerando que, embora não relacionadas a itens específicos do relatório, são relevantes para a discussão da política. A questão do uso de agroquímicos é acompanhada por vários órgãos do Governo, além da Cetesb e da Vigilância Sanitária. Sobre as questões relatadas de ocorrência no Estado de Minas Gerais, aventou sobre a possibilidade de se acionar os Comitês de Bacias Hidrográficas, além do estabelecimento de contato direto entre as Secretarias de Estado. Considerou igualmente a importância de se inserir na pauta do CONSEMA discussões sobre os padrões intermediários da qualidade do ar e inspeção de veículos movidos a diesel e outros. Por fim, afirmou que o avanço do assoreamento da represa de Guarapiranga merecia o desenvolvimento de uma política integrada, sendo possível à SIMA encaminhar tal proposta a Sabesp e a EMAE, que gerem o assunto, e registrou a relevância na questão da balneabilidade das praias. Em complemento, a conselheira **Denise Veiga** informou que fora publicado no Boletim Epidemiológico Paulista no mês de julho, artigo evidenciando que 0,03% dos resultados das amostras de água para consumo humano no Estado de SP estavam acima do VMP para agrotóxicos. Esclareceu que, atualmente, são monitorados 27 tipos de agrotóxicos em água de consumo humano, e que a portaria de potabilidade estava em processo de revisão, prevendo-se a ampliação do número total de agrotóxicos monitorados para 56, a pedido do Estado de SP e outros. Completou que os relatórios de monitoramento da potabilidade das águas constam do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA, disponível ao público no portal do Ministério da Saúde. Encerradas as discussões, foi submetido à votação o **Relatório Anual de Qualidade Ambiental (RQA 2019)**, sendo **aprovado** por vinte e oito (28) votos favoráveis, nenhum contrário e uma (01) abstenção, o que resultou na seguinte decisão: **“Deliberação CONSEMA nº 22/2019. De 13 de novembro de 2019. 382ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova o Relatório Anual da Qualidade Ambiental – 2019. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo Único – Aprova o Relatório Anual de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo - RQA 2019.”** Passou-se ao próximo item da Ordem do Dia, a **“Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual Vassununga (Proc. FF nº 1.750/2013 - NIS 1770760 – Vol. 1 a 6)”**. A conselheira relatora **Isabel Barcellos** abriu a palavra a **Fabrício da Cunha Pinheiro**, pesquisador da Fundação Florestal e gestor do Parque Estadual de Vassununga, que iniciou a apresentação noticiando os eventos de comemoração dos 49 anos do parque que se encerrariam no domingo próximo, com a



atividade de observação de aves, ocasião a qual esperava que pudesse ser coroada com a comunicação da aprovação do plano de manejo pelo CONSEMA. Informou que o Parque Estadual de Vassununga pertencia ao grupo de UCs de Proteção Integral da Fundação Florestal. Com auxílio da projeção de mapa, indicou a abrangência da UC (71,42 ha) e informou a localização na região centro-oeste do Estado, precisamente no município de Santa Rita do Passa Quatro, seus limites geográficos e inserção na bacia hidrográfica do Rio Mogi Guaçu. Apresentou os objetivos da UC como sendo a preservação da natureza, conscientização ambiental, pesquisa, proteção e uso público. Informou que o Parque é constituído de seis fragmentos de vegetação natural, em área rural de cultivo de cana-de-açúcar e silvicultura e destacou a predominância de floresta de Mata Atlântica, estacional semideciduado na parte central da UC, e mais ao Norte, uma mancha de cerrado. Ofertou informações sobre a área de amortecimento e a proximidade com hortos florestais e estações experimentais geridas pelo Instituto Florestal. Descreveu a infraestrutura disponível constituída de centro de visitantes, base operacional, alojamento e de cinco trilhas. Apresentou o diagnóstico socioambiental e o detalhamento do meio biótico, especificamente sobre a riqueza e diversidade de espécies da fauna e tipos vegetacionais, dentre os quais, a presença de dossel contínuo de jequitibás-rosa e enfatizou a presença da maior incidência de patriarcas gigantes, classificados como monumentos naturais. Das 820 espécies da flora, detalhou que 17 encontram-se na lista de espécies ameaçadas de extinção e 39 são espécies exóticas invasoras. Explicou, detalhadamente, a caracterização dos solos, águas superficiais, uso e ocupação da terra. Listou como sendo os principais vetores de pressões externas a incidência de incêndios, atropelamento de fauna, efeito de Borda/Fragmentação, exóticas invasoras (Javali), caça e pesca, acidente químico, roubo/furto, uso de defensivos agrícolas (aéreo e terrestre), apicultura e a má conservação de estradas rurais. Destacou como principais oportunidades a conservação de fauna e flora; desenvolvimento de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental escolar; observação de aves e da natureza. Ao final da apresentação foi projetado um filme da FF sobre a Unidade de Conservação. Na sequência, a conselheira **Isabel Barcellos** apresentou a relatoria acerca do processo de elaboração do Plano de Manejo e dos trabalhos desenvolvidos na CTBio. Das considerações gerais versou sobre a metodologia, alicerçada em diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Integração de Planos de Manejo que englobam a participação social, oficinas de trabalho de diagnóstico ambiental, zoneamento e programas ambientais, a aprovação da proposta pelo Conselho Gestor da UC, a elaboração de relatório da CTBio e respectiva minuta de Resolução e, por fim, a submissão da proposta final ao CONSEMA. Apresentou a estrutura do plano, o detalhamento sobre o zoneamento interno e a setorização da zona de amortecimento. Detalhou sobre as principais contribuições encaminhadas pelos integrantes da CTBio que resultaram em adequações de conceitos e do texto preliminar. Por derradeiro, informou sobre os Programas de Gestão Ambiental, as respectivas diretrizes e ações que beneficiaram a gestão e a população da região. Passou-se à discussão. O conselheiro **Rodrigo Garcia** apresentou as seguintes recomendações em relação ao plano de manejo: (i) incluir mapa com as respectivas denominações e extensões das seis glebas que compõem a UC; (ii) empregar escala que permita a sobreposição adequada das imagens de zoneamento e de fitofisionomia da vegetação, permitindo a sobreposição das imagens e, a inclusão de mapa em *shapefile*; (iii) verificar em gleba, a ocorrência de incompatibilidade de sobreposição entre área de uso público com trilha e de curso d'água; (iv) incluir mapa com as identificação das nascentes existentes tanto no interior do PEV, quanto na sua zona de amortecimento. Recomendou que essa identificação também fosse



acompanhada de verificações “*in loco*”, devido à sazonalidade das nascentes. No caso de inexistência de recursos financeiros para a realização de trabalhos em campo, aventou a possibilidade das informações serem apresentadas por ocasião do primeiro ano da implementação do plano manejo; (v) mapear as áreas onde será utilizado fogo para a manutenção das fitofisionomias do cerrado; (vi) suprimir do texto a permissão do turismo equestre tendo em vista sua incompatibilidade com os objetivos de Unidades de Conservação de uso integral. Recordou que a equipe técnica e o conselho gestor, a época de elaboração do Plano de Manejo da Serra Nacional do Cipó, discutiram os impactos dessa atividade, tais quais, compactação do solo, assoreamento de cursos d’água e dispersão de espécies exóticas e invasoras e; mencionou a existência de alguns estudos científicos, inclusive da ICMBio/MMA, sobre as consequências de atividades equestres em UCs de proteção integral. Ponderou que a adoção de permissão sujeitaria as já reduzidas e atarefadas equipes de fiscalização a obrigações adicionais. O conselheiro **Adailton Rodrigues** solicitou informações sobre a recuperação e reintrodução de espécies da fauna ameaçada de extinção. **Fernanda Lemes**, Coordenadora do Núcleo de Planos de Manejo da FF esclareceu que o mapa de zoneamento do PEV disponibilizado na minuta de Resolução, em formato de figura, se encontra disponibilizado numa escala mais ideal para leitura no Sistema DataGEO. Sobre a localização das nascentes, **Eduardo Trani** noticiou que a Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável - FBDS, utilizando-se de recursos federais, havia disponibilizado o estudo com o redesenho de todas as nascentes do Estado de São Paulo em 2017, ainda não disposta publicamente pela necessidade de realização de testes de consistência, para a homologação desse estudo feito por terceiros, razão pela qual se emprega, exclusivamente, a base de dados oficial do IGC. **Fernanda Lemes** informou que as informações sobre as APPs dos imóveis privados constam do Cadastro Ambiental Rural – CAR, da mesma forma que as áreas disponíveis à recuperação do Banco de Áreas do Projeto Nascentes. Esclareceu que o anexo IV constante do roteiro metodológico, que faz menção à atividade equestre, é uma lista exemplificativa a ser parametrizada quando da elaboração do Plano de Uso Público da UC. Informou que o Programa de Recuperação e Manejo prevê diretriz específica de recuperação com manejo do fogo na Zona de Recuperação (artigo 8º, inciso V, “g”) e que consta da Caracterização do PM a lista de espécies da fauna ameaçada de extinção, enquanto que as ações para a conservação são apresentadas no Programa de Pesquisa e Monitoramento. **Trani** observou que, embora a Secretaria almeje o aprimoramento contínuo das suas análises, a execução de mais avaliações “*in loco*”, além das previstas nos licenciamentos, demandaria investimentos ainda maiores de tempo e de recursos humanos, já escassos. Sendo assim, cogitou a possibilidade dessa checagem das nascentes ser acrescentadas à metodologia dos planos de manejo futuros, a maneira como se procede na restauração da vegetação. O conselheiro **Rodrigo Garcia** reiterou que essa avaliação das nascentes “*in loco*”, pelo menos nas estações seca e chuvosa, elevaria a segurança da base de dados, além de garantir os acordos de reposição com terceiros e do Programa Nascentes. Ao considerar o caráter exemplificativo da listagem do anexo IV, do Roteiro Metodológico dos Planos de Manejo, sugeriu aos representantes da SIMA, que discutissem internamente sobre a possibilidade de suprimi-la, de forma a evitar futuras discussões. **Trani** dissertou sobre a obrigatoriedade e importância do Governo empregar, em seus estudos, assim como, na elaboração dos PMs, dados homologados por órgãos públicos, tal qual, o IGC. Argumentou sobre a impossibilidade de suprimir, naquele momento, a tabela mencionada pelo conselheiro Rodrigo Garcia, ao que indicou a solução mais apropriada, o aprofundamento dessa questão na CT de Biodiversidade do CONSEMA e posterior relatoria em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Plenária. Em atendimento às manifestações dos conselheiros **Rodrigo Garcia, Adailton Rodrigues, Paulo Nelson** foi proposto pelo **Presidente** as seguintes alterações na minuta da Resolução: ajuste do mapa da UC, com a indicação dos nomes das glebas e respectivas áreas; apresentação de mapa de zoneamento interno da UC por glebas, além de mapa único; inclusão nas diretrizes do Programa de Pesquisa e Monitoramento da UC, ação específica de mapeamento das nascentes, no interior da UC e na Zona de amortecimento e; informar ao CONSEMA a parametrização das atividades de uso público do PEV, após a finalização do respectivo plano. Submetido à votação o Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual Vassununga, com as alterações propostas, restou o mesmo **aprovado** por 20 (vinte) votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma (01) abstenção, originando a seguinte decisão: **“Deliberação CONSEMA nº 23/2019. De 13 de novembro de 2019. 382ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Manifesta-se favorável à Minuta de Resolução que aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Acolhe o Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas e manifesta-se favorável à Minuta de Resolução que aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga (Proc. FF nº 1.750/2013), com as seguintes recomendações: I – Ajustar o mapa da Unidade de Conservação, indicando os nomes das glebas e suas respectivas áreas; II - Inserir mapa de Zoneamento Interno por glebas, além do mapa único; III - Incluir nas diretrizes do Programa de Pesquisa e Monitoramento uma ação específica de mapeamento das nascentes no interior do Parque e na Zona de Amortecimento; IV - Informar a parametrização das atividades de uso público do Parque após a finalização do seu Plano de Uso Público.”** Em sede de declaração de voto, o conselheiro Paulo Nelson reiterou a solicitação para que fossem incluídas ao Plano de Manejo aprovado as ressalvas apresentadas pelo conselheiro Rodrigo Garcia, representante do MP nesse Conselho, e que foram resumidas pelo Presidente do CONSEMA. Em razão do adiantado da hora, houve consenso na **transferência para a próxima reunião Plenária**, daquele que seria o último ponto da pauta, a **“Apresentação das ações realizadas pela Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Paulistas - Pró-Primatas Paulistas”**, acolhendo-se a proposição da Presidência. Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.